

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes é como segue:

Aging list	2022	2021
Títulos a vencer	5.659	5.029
Títulos vencidos até 30 dias	1.217	-
Títulos vencidos de 31 até 180 dias	698	3
Títulos vencidos há mais de 180 dias	1.803	1.803
	9.377	6.835

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.803)
Adições	-
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.803)
Adições	-
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.803)

Veja política contábil na nota explicativa 3 (h).

8. Outros créditos

2022	2021	
Adiantamento a fornecedores	862	506
Créditos com funcionários	157	165
Outros	242	161
	1.261	832

9. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

2022	2021	
IRPJ e CSLL a compensar	2.940	
IRPJ e CSLL a recuperar	4.509	219
	4.509	3.159

10. Outros impostos a recuperar

2022	2021	
PIS e COFINS a recuperar	404	378
Outros	12	12
	416	390

11. Despesas antecipadas

2022	2021	
Prêmios de seguros (a)	1.835	1.265
ISS s/ Faturamento Antecipado	131	131
Outros	50	18
	2.016	1.414

(a) Referem-se aos seguros garantia, seguro de operador, portuário, seguro de riscos nomeados, seguro riscos ambientais, seguro empresarial, seguro fiança, seguro D&O e seguro de veículos.

12. Transações com Partes Relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas e colaboradores. Em 31 de dezembro de 2022 não há saldos em aberto entre as empresas do Grupo. **Remuneração dos Administradores:** A remuneração dos Administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram:

2022	2021	
Remuneração e encargos sociais	2.786	2.654
	2.786	2.654

zação/resgate de ações conforme aplicável, bonificações em dinheiro ou quaisquer outros tipos de remuneração/participação. Em 31 de dezembro de 2022, o limite de distribuição de dividendos/lucros, por parte da controladora é de 25% do lucro líquido consolidado da EBT que totaliza R\$ 48.452 ou até R\$ 83.970, o maior valor entre eles de acordo com a cláusula de aditamento da escritura de debêntures. A Administração da Companhia faz o acionamento de todas as obrigações resultantes (covenants). **17. Fornecedores:** Os fornecedores da Companhia são de materiais e serviços utilizados na operação, todos de origem nacional.

2022	2021	
Fornecedores	5.466	3.659
	5.466	3.659

18. Obrigações trabalhistas

Provisão de férias e encargos FGTS a recolher

2022	2021	
FGTS a recolher	749	820
INSS a recolher	209	228
INSS s/ serviços	83	4
Contribuição sindical assistencial confederativa	7	7
PPR – Programa de Participação nos Resultados (a)	2.757	2.132
Provisão para Dissídio Coletivo (b)	2.554	15
	9.581	6.177

(a) O PPR é baseado em metas gerais e específicas para os setores e colaboradores, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento das pessoas e da empresa. São avaliados Scorecard de Operação, Melhorias contínuas, Qualidade e Recursos Humanos, atribuindo peso e escala a cada meta preestabelecida. (b) Trata-se de provisão para reajuste salarial anual com data base no mês de julho/2022. O reajuste salarial e demais itens do dissídio estão em negociação junto ao Sindicato da categoria.

19. Obrigações tributárias

2022	2021	
IRRF S/ JCP a Recolher	-	1.401
COFINS a recolher	368	945
ISS faturamento	520	852
IRRF a recolher	530	451
PIS a recolher	77	204
CSLL/PIS/COFINS retidos na fonte	90	56
ISS retido na fonte	59	17
	1.504	3.926

20. Imposto de renda e Contribuição Social

2022	2021
Imposto de renda e contribuição social	1.333
IRPJ a recolher	480
CSLL a recolher	1.333
	3.146

21. Dividendos e Juros sobre o capital próprio (JSCP)

2022	2021	
Dividendos a pagar	25.181	14.717
Passivo circulante	25.181	14.717
	25.181	14.717

Juros sobre o capital próprio (JSCP)

2022	2021	
Jogar a pagar	4.799	7.939
Passivo circulante	4.799	7.939
	4.799	7.939

(a) Em AGE realizada no dia 16/12/2021, a Companhia aprovou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio no valor bruto de R\$ 9.340 com retenção do IRRF no valor de R\$ 1.401.

22. Faturamento antecipado

2022	2021	
Faturamento Antecipado (a)	2.618	2.618
	2.618	2.618

(a) Refere-se a valores recebidos de serviços de armazenagem a serem prestados no futuro. A cláusula 2.1 do contrato prevê a utilização nos últimos 2 meses de vigência do mesmo, sendo assim, a Companhia considerando a expectativa da prestação de serviço reclassificou o respectivo saldo para o não circulante. O respectivo adiantamento foi efetuado em agosto de 2019 e estima-se a prestação total do serviço em novembro e dezembro de 2023, data final do contrato.

23. Outras contas a pagar

2022	2021	
Clientes	833	833
Contas a pagar (a)	1.415	1.292
	2.248	2.125

(b) Refere-se a valores de apólices de seguros e reembolsos de gastos.

24. Imposto de renda e contribuição social: a. O imposto de renda e contribuição social corretos são compostos como segue

2022	2021	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	66.996	103.088
Ajustes para refletir a alíquota efetiva (+/-) Diferenças temporárias	(2.139)	1.200
(+/-) Diferenças permanentes	12.675	2.710
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	77.532	106.998
Alíquota aplicável	34%	34%
Débito fiscal apurado pelo lucro real	26.361	36.379
Imposto de renda e contribuição social no resultado - corrente	(26.036)	(32.724)
Imposto de renda e contribuição social no resultado - diferido	3.101	942
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	(22.935)	(31.782)
Alíquota efetiva	30%	30%

b. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue

2022	2021	
Depreciação dos bens leasing	1.924	2.351
Depreciação dos bens reavaliados	1.127	1.382
Comissões debêntures	449	626
Provisão contingências	(7.267)	(1.709)
Direito de uso IFRS16	29.209	31.275
Efeitos tributários líquidos do arrendamento mercantil	(30.876)	(32.129)
Reversão Swap	4.536	3.255
Reversão Dissídio e Provisão PPR + Prêmio	(5.305)	(2.132)
Base de cálculo do imposto diferido	(6.203)	2.919
Alíquota de imposto de renda e contribuição social - 34%	34%	34%
Impostos diferidos	2.109	(993)

25. Provisão para contingências e depósitos judiciais: Durante o curso normal dos negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos trabalhistas, em discussão. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possui registros, no passivo não circulante, das seguintes provisões a título de provisão para cobrir eventuais riscos:

2022	2021	
Processos trabalhistas	7.267	1.709
Trabalhistas: Refere-se a discussões trabalhistas de caráter remuneratório e indenizatório. A Companhia provisionou o saldo de R\$ 7.267 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.709 em 31 de dezembro de 2021) com base em sua avaliação e no parecer de seus advogados que consideram como "Provável" a perda dos processos.		
Movimentação da provisão para contingências	2.022	2.021
No início do exercício	1.709	1.611
Reversões/baixas	(329)	(573)
Complemento de provisão	668	106
Novas provisões (a)	5.720	565
No fim do exercício	7.267	1.709

(a) O aumento no valor da provisão tem origem em revisão permanente dos processos pelos assessores jurídicos. Processos que estavam avaliados com probabilidade de acordo com o pedido ou possível foram revisados de acordo com o objeto do pedido e resultados de julgados recentes, foram reavaliados e reclassificados como probabilidade de perda provável. **Causas possíveis de perda:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte passiva em processos judiciais avaliados por seus assessores jurídicos como possíveis de perda no montante de R\$ 4.362 (R\$ 6.251 em 31 de dezembro de 2021) em processos civis e trabalhistas de diversas naturezas, tais como pagamento de horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial, adicional noturno, etc, que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas. **Depósitos Judiciais:** Os depósitos judiciais relacionados a ações trabalhistas e civis montam respectivamente em R\$ 1.420 e R\$ 263, totalizando R\$ 1.683 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.030 e R\$ 263 totalizando R\$ 1.293 em 31 de dezembro de 2021) e estão apresentados no ativo não circulante. **26. Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 166.600 (R\$ 166.600 em 31 de dezembro de 2021). **Reserva legal:** O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 12.876 (R\$ 10.673 em 31 de dezembro de 2021). É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de lucros:** O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 119.820 (R\$ 94.772 em 31 de dezembro de 2021). Nos termos do art. 199 da lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), o saldo da reserva de lucros não poderá ultrapassar o capital social. **Reserva de reavaliação:** O saldo de R\$ 744 (R\$ 912 em 31 de dezembro de 2021), refere-se à reserva de reavaliação efetuada em 2007, a qual vem sendo realizada mediante a depreciação, baixa ou alienação dos bens que deram origem à sua constituição. Durante 2022, foi amortizado um montante de R\$ 188 (R\$ 188 em 31 de dezembro de 2021) desta reserva. **Distribuição de lucros:** No exercício de 2022, a Companhia distribuiu R\$ 7.493 oriundos de sua reserva de lucros. **Dividendos:** É constituído à razão de 25%, no mínimo, do lucro líquido, após as aplicações em Reserva Legal, apurado em cada exercício social nos termos do art. 194 da lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

27. Obrigações legais e contratuais: A Companhia possui determinadas obrigações legais e contratuais, ligadas aos rendimentos das áreas sob Administração da Santos Port Authority – SPA, onde atualmente operam Instalações Portuárias de Uso Público Especial (IPIPE), obrigações estas que vão além da regularidade quanto aos pagamentos mensais estabelecidos em contrato, e que devem ser cumpridas sob pena de rescisão dos contratos de arrendamentos entre as partes. A Companhia assumiu compromissos, decorrentes do contrato de arrendamento, de realizar mensalmente o pagamento a título de aluguel pela exploração das áreas arrendadas durante o período do contrato, os quais são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, por se tratar de arrendamentos operacionais. A Companhia também efetua pagamentos mensais por outros serviços prestados pela Santos Port Authority – SPA baseados em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias. A Companhia possui compromisso anual de Movimentação Mínima Contratual (MMC) de granéis líquidos, sendo contabilizada através das operações de embarque e desembarque marítimo. A MMC da AGEO é de 1.039.484 toneladas por ano, conforme o primeiro termo de apostilamento ao contrato de arrendamento DP/10/2011. Em 2022, a AGEO movimentou 1.684.418 toneladas, que representa 62,04% acima da MMC. O contrato de arrendamento prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores adicionais por movimentações inferiores a Movimentação Mínima Contratual – MMC. As instalações em exploração e os bens de propriedade da Santos Port Authority – SPA devem ser mantidas em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e software, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações, serão extinguidas à Santos Port Authority – SPA após o término ou a extinção dos contratos de arrendamentos. A Companhia está adiantando com as atuais obrigações legais e contratuais junto à Santos Port Authority – SPA.

28. Receita operacional líquida

2022	2021	
Prestação de serviços - Mercado interno	177.504	203.824
Prestação de serviços - Mercado externo (a)	34.341	42.927
	211.935	246.751

29. Custos e Despesas operacionais por natureza

2022	2021	
Pessoal	(49.142)	(42.860)
Depreciação e Amortização	(22.295)	(21.057)
Serviços de atracação e movimentação de cargas	(8.304)	(6.770)
Consumo de materiais	(11.880)	(8.659)
Utilização de serviços	(9.309)	(8.085)
Serviços contratados	(6.839)	(7.051)
Ocupação	(2.013)	(1.731)
Manutenção e conservação (Provisão)/reversão de contingências	(2.220)	(1.093)
Seguros	(5.432)	(12)
Seguros	(2.605)	(2.612)
Amortização - Direito de uso	(2.066)	(1.683)
Outros custos / despesas	(4.059)	(3.214)
Indenizações	(3)	(141)
Arrendamento Operacional	(462)	(309)
Despesas tributárias	(283)	(289)
Utilidades	(235)	(200)
Créditos de PIS/COFINS (a)	5.148	4.251
	(121.998)	(101.554)
Custo dos serviços prestados	(89.931)	(76.862)
Despesas gerais e administrativas	(25.531)	(23.196)
Outras despesas operacionais, líquidas	(6.536)	(1.496)
	(215.998)	(200.156)

(a) Créditos de PIS e COFINS não cumulativos sobre aquisição de materiais e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços de armazenagem e correlatos, conforme Leis 10.637/2002 – PIS e 10.833/2003 – COFINS.

30. Resultado financeiro líquido

2022	2021	
Receitas operacionais líquidas	211.935	246.751
Despesas operacionais líquidas	(215.998)	(200.156)
	(4.063)	46.595

31. Instrumentos financeiros: Gerenciamento dos riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco. Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros são como segue: **31.1 Classificação dos instrumentos financeiros:** Apresentamos a seguir uma tabela de comparação por classe do valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, bem como suas categorias.

31/12/2021	Total em 31 de dezembro de 2021				
Ativos Financeiros					
Caixa e bancos	2	2.043	2.043		
Aplicações financeiras	5	Valor justo por meio do resultado	2	88.273	88.273
Derivativos - Swap	6	Valor justo por meio do resultado	2	135	135
Contas a receber	7	Custo amortizado	2	7.574	7.574
	98.025	98.025	98.025		
Não circulante					
Derivativos - Swap	6	Valor justo por meio do resultado	2	4.401	4.401
	4.401	4.401	4.401		
Passivos Financeiros					
Circulante					
Arrendamentos	15,2	Custo amortizado	2	1.344	1.344
Debêntures	16	Custo amortizado	2	17.596	17.596
Fornecedores	17	Custo amortizado	2	5.466	5.466
Outras Contas a pagar	23	Custo amortizado	2	2.248	2.248
	26.654	26.654	26.654		
Não circulante					
Arrendamentos	15,2	Custo amortizado	2	29.533	29.533
Debêntures	16	Custo amortizado	2	19.727	19.727
	49.260	49.260	49.260		
	31/12/2021	Total em 31 de dezembro de 2021			
Ativos Financeiros					
Caixa e bancos	5	Custo amortizado	2	247	247
Aplicações financeiras	5	Valor justo por meio do resultado	2	59.820	59.820
Derivativos - Swap	6	Valor justo por meio do resultado	2	3.255	3.255
Contas a receber	7	Custo amortizado	2	5.032	5.032
Outros créditos	8	Custo amortizado	2	832	832
	69.186	69.186	69.186		
Passivos Financeiros					
Circulante					
Arrendamentos	15,2	Custo amortizado	2	1.252	1.252
Debêntures	16	Custo amortizado	2	5.568	5.568
Fornecedores	17	Custo amortizado	2	3.659	3.659
Outras Contas a pagar	23	Custo amortizado	2	2.125	2.125
	12.604	12.604	12.604		
Não circulante					
Arrendamentos	15,2	Custo amortizado	2	30.877	30.877
Debêntures	16	Custo amortizado	2	29.551	29.551
	60.428	60.428	60.428		

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos: • Contas a receber e outros recebíveis e fornecedores são aproximados de seu valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos; • Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data de encerramento das obrigações contratuais.

Hierarquia do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos identificados. • **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, cujo os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivadas dos preços). Saldo contábil: aplicações financeiras, saldo a receber de clientes e passivo circulante. • **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo ou perda no desreconhecimento são reconhecidos no resultado. A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como nível 3. Não há inputs não observáveis significativos aplicados. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco.

Estrutura de gerenciamento de riscos: Risco de crédito - Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Exposição a riscos de crédito: Caixa e equivalentes de caixa - A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa de R\$ 90.316 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 60.067 em 31 de dezembro de 2021), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos

Risco de mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - afetarão os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros estabelecidos em contrato, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela administração da Empresa. Risco cambial - A Companhia está sujeita ao risco de moeda em parte de suas receitas denominadas em uma moeda diferente do Real (R\$), em Dólar Americano (USD). O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia fornecido pela Administração baseada na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

2022	2021	
Estados Unidos	129	47
Total	129	47

A Administração da Companhia entende que a exposição a moeda estrangeira é imaterial e qualquer variação significativa nas taxas de dólar não causarão impactos significativos para a Companhia, por isso, não está sendo divulgada análise de sensibilidade de risco cambial. **Risco de taxa de juros -** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no encerramento em moeda nacional

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conlui-

ficação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a Infraestrutura
da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>